



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Igarapé-Miri



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Igarapé-Miri (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Igarapé-Miri apresentou estabilidade relativa entre 2019 e 2021, com valores em torno de 58% a 61%, seguido de um pico expressivo em 2022, quando atingiu 67%. Esse aumento pode ser atribuído a fatores conjunturais como a retomada pós-pandemia e efeitos inflacionários sobre a população vulnerável. Em 2023, observa-se uma queda para 58,4%, retornando ao patamar anterior, o que pode indicar a eficácia de políticas sociais locais ou a recuperação de rendas informais. A Região de Integração Tocantins seguiu tendência semelhante, com uma elevação acentuada em 2022 (74,7%) e recuo para 55,2% em 2023, comportamento mais

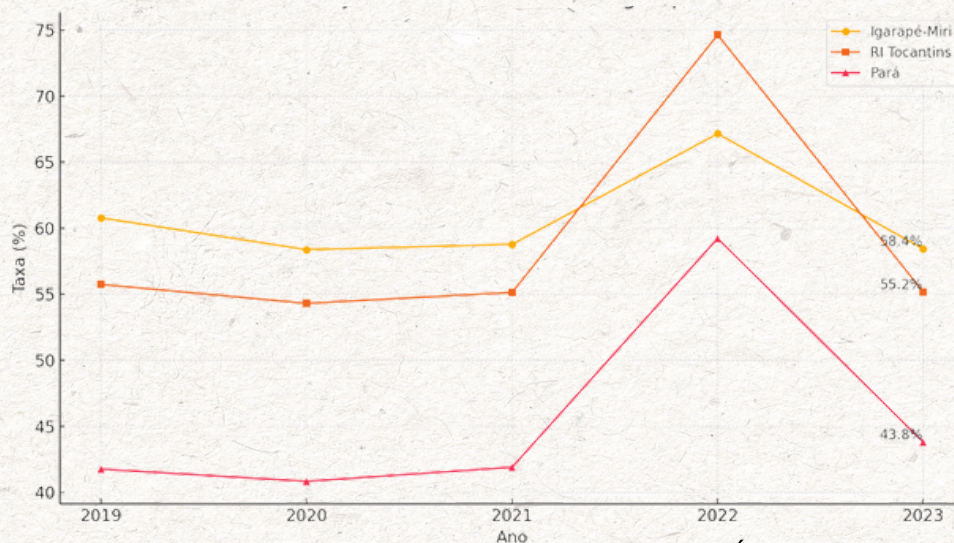
volátil em relação ao município (Gráfico 1).

No estado do Pará, a taxa de pobreza também permaneceu relativamente estável de 2019 a 2021 (em torno de 41%), mas apresentou alta significativa em 2022, atingindo 59%, seguido de uma retração para 43,8% em 2023. Apesar de ser o menor patamar entre os três níveis analisados, essa oscilação demonstra a vulnerabilidade do estado a choques externos e internos, mesmo que com menor intensidade do que nas áreas subnacionais. A sincronia dos picos em 2022 nas três escalas sugere um fator exógeno comum, como a inflação dos alimentos e a redução temporária de auxílios emergenciais (Gráfico 1).



Em síntese, o indicador revela uma tendência de aumento pontual da pobreza em 2022 e posterior recuperação em 2023, porém ainda mantendo níveis elevados, especialmente em Igarapé-Miri e na RI Tocantins. A persistência dessas taxas indica desafios estruturais de redução da pobreza e vulnerabilidade social, exigindo políticas contínuas de inclusão produtiva e transferência de renda. A estabilidade relativa no estado do Pará em comparação ao município e à região sugere que os efeitos adversos são mais intensos em territórios com menor dinamismo econômico (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Igarapé-Miri oscilaram em patamar elevado durante todo o período, iniciando em 78,5% em 2019, com leve queda em 2020 (77%), pico em 2021 (80,7%) e uma redução gradual até retornar aos 78,5% em 2023. Esse padrão indica uma constância no esforço do município em direcionar a maior parte de seu orçamento a áreas prioritárias como saúde, educação e assistência social. A elevação em 2021 pode ter relação com a intensificação dos gastos durante o auge da pandemia, e a estabilização

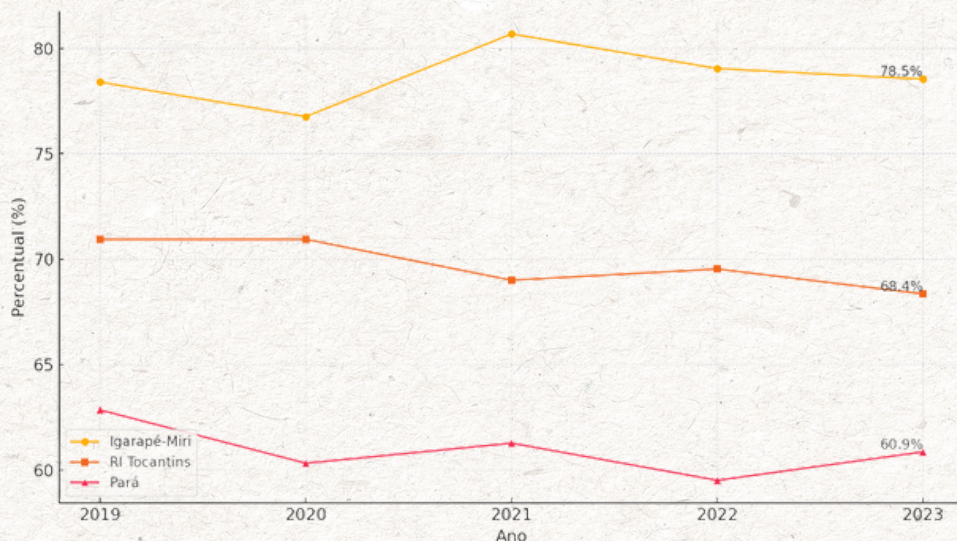
posterior demonstra uma certa resiliência fiscal (Gráfico 2).

Na RI Tocantins, o percentual de despesas com serviços essenciais variou entre 71% e 68% no período, com uma leve tendência de queda. A estabilidade aparente sugere manutenção de prioridades semelhantes às de Igarapé-Miri, porém com menor intensidade proporcional. A pequena variação pode refletir tanto limitações orçamentárias regionais quanto opções políticas distintas em relação à destinação dos recursos públicos (Gráfico 2).

Já no estado do Pará, o comportamento do indicador foi mais modesto, variando entre 63% em 2019 e 60,9% em 2023, com o ponto mais baixo em 2022 (59,4%). A menor proporção de gastos essenciais no orçamento total estadual pode estar relacionada à existência de outras demandas administrativas e investimentos em infraestrutura. Ainda assim, observa-se uma recuperação parcial em 2023, sinalizando possível reequilíbrio fiscal após os ajustes provocados pela pandemia (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A taxa de crianças com baixo peso ao nascer em Igarapé-Miri iniciou o período em 9,4% em 2019, apresentando leve oscilação até 2021, quando registrou 9,3%. A partir de 2022, houve um crescimento mais expressivo, alcançando 10,7% e, posteriormente, 11% em 2023. Esse aumento contínuo nos últimos dois anos acende um alerta sobre as condições de saúde materno-infantil no município, indicando possíveis fragilidades em aspectos como nutrição, pré-natal e acesso à atenção básica à saúde (Gráfico 3).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador se manteve mais estável nos três primeiros anos, variando levemente entre 8,1% e 8%. No entanto, em 2022 houve um sal-

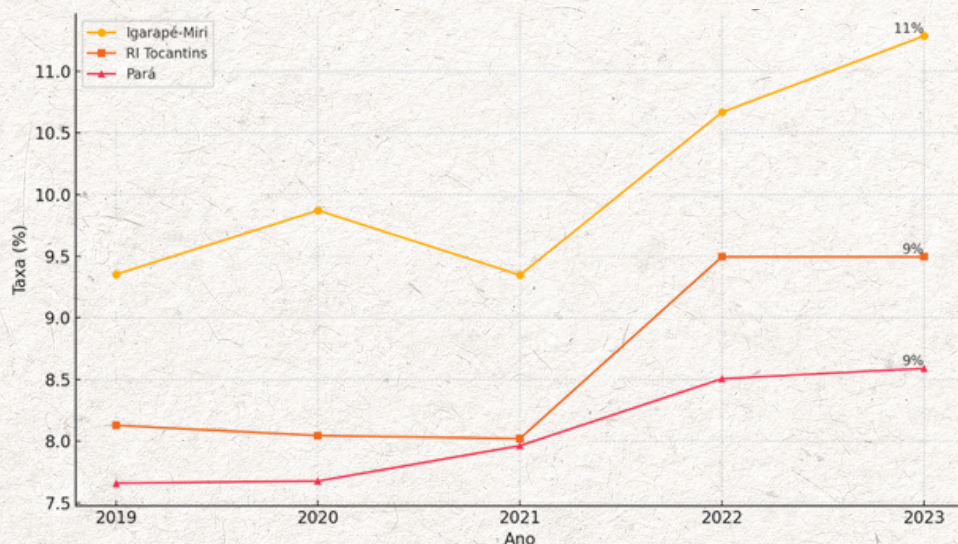
to significativo para 9,5%, permanecendo nesse patamar em 2023. Esse comportamento sugere que a elevação pode ter causas regionais, como dificuldades estruturais no atendimento à gestante ou agravamento de vulnerabilidades sociais durante a pandemia da COVID-19, que teve efeitos prolongados na saúde da população (Gráfico 3).

O estado do Pará apresentou a trajetória mais estável, com a taxa partindo de 7,6% em 2019 e subindo gradualmente para 9% em 2023. Ainda que a elevação seja mais moderada em termos percentuais, ela indica uma tendência generalizada de piora do indicador em todas as escalas geográficas analisadas. O comportamento crescente, especialmente a

partir de 2021, pode estar associado tanto a retrocessos nas políticas públicas de saúde quanto ao aumento da insegurança alimentar e à desigualdade de acesso a serviços essenciais (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

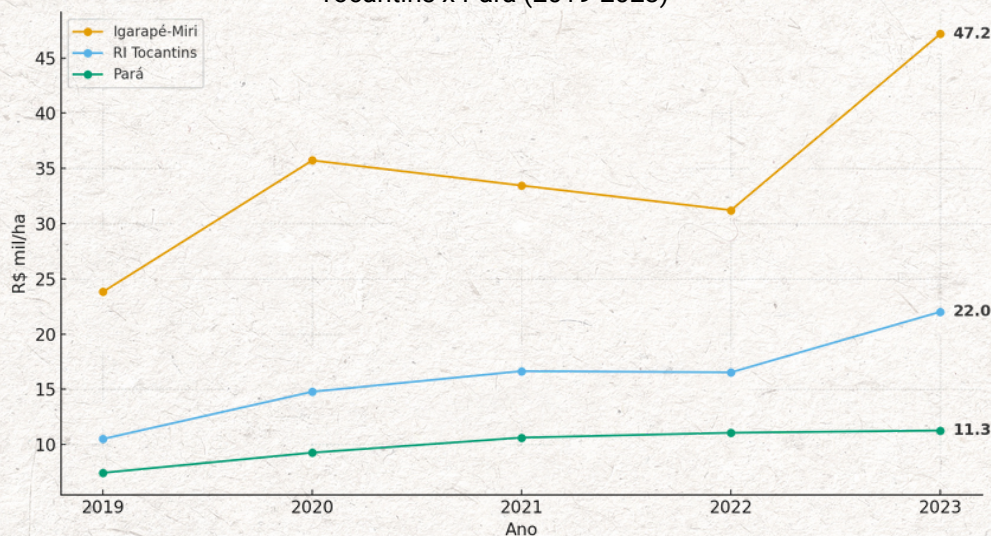
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

O município de Igarapé-Miri apresentou variação significativa no período, com produtividade de R\$ 24,2 mil/ha em 2019 e aumento expressivo para R\$ 35,5 mil/ha em 2020. Em 2021 o valor recuou para R\$ 33,5 mil/ha e caiu ainda mais em 2022, atingindo R\$ 31,3 mil/ha, antes de subir fortemente para R\$ 47,2 mil/ha em 2023. O salto final representa expansão de quase 95% em relação a 2019, indicando grande dinamismo e recuperação da eficiência agrí-

cola local (Gráfico 4).

A Região de Integração Tocantins registrou crescimento estável, de R\$ 10,5 mil/ha em 2019 para R\$ 22,0 mil/ha em 2023, enquanto o Pará subiu de R\$ 7,3 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha. A disparidade revela o vigor produtivo de Igarapé-Miri frente aos contextos regional e estadual, possivelmente vinculado ao fortalecimento de cadeias agroindustriais locais e à valorização de cultivos de maior retorno econômico (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Igarapé-Miri, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava 14 óbitos por mil nascidos vivos, com aumento significativo para 16,8 em 2020. Após esse pico, houve uma queda consistente até 2022, atingindo 12,4 – o menor valor da série. No entanto, em 2023, o indicador voltou a subir de forma preocupante, alcançando 18, o maior patamar do período, o que pode indicar fragilidade nos serviços de saúde infantil ou falhas na continuidade de políticas públicas (Gráfico 5).

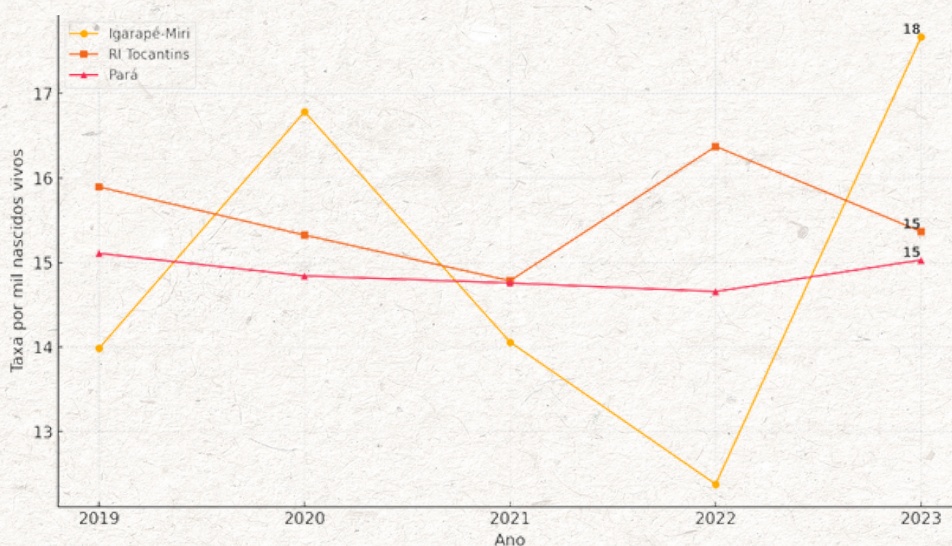
Na Região de Integração Tocantins, a taxa iniciou o período em 15,9 e manteve tendência de queda moderada até 2021, quando chegou a 14,8. Em 2022, houve um aumento expressivo para 16,4, sinalizando possível impacto das restrições sanitárias e sociais da pandemia na atenção materno-infantil. Em 2023, observa-se uma redução para 15, o que indica uma possível recuperação ou estabilização dos serviços de saúde. Apesar das flutuações, os dados sugerem certa resiliência regional no enfrentamento da mortalidade infantil (Gráfico 5).





Já no estado do Pará, o comportamento foi relativamente estável, com valores entre 14,7 e 15,1 ao longo de todo o período. Essa estabilidade indica maior capacidade de manutenção dos serviços de saúde pública no nível estadual, mesmo diante de crises. Contudo, a ausência de melhora significativa evidencia limitações estruturais persistentes, exigindo políticas mais incisivas para reduzir esse indicador. A disparidade entre o município e o estado reforça desigualdades na qualidade da atenção básica à saúde (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

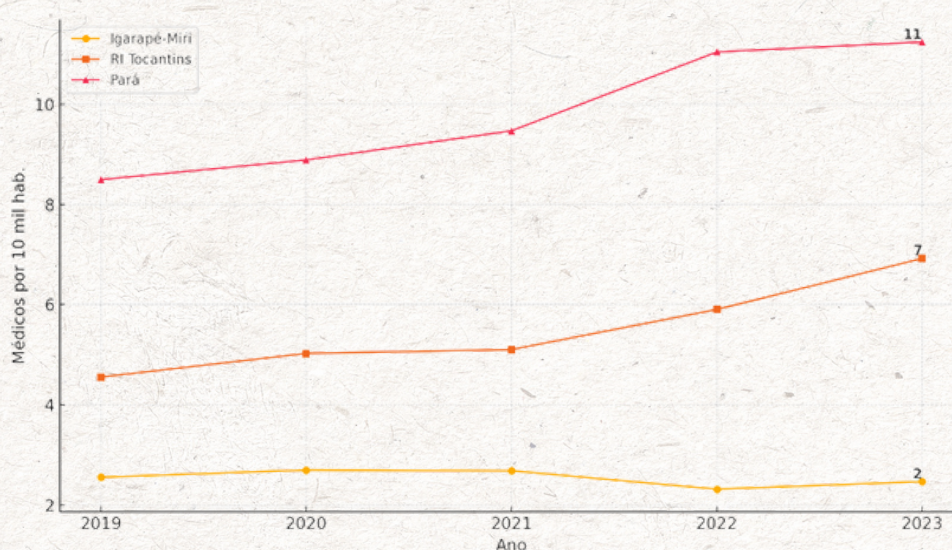
Igarapé-Miri apresentou o menor número de médicos por habitante em todos os anos observados. O indicador oscilou entre 2,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e apenas 2,0 em 2023, com uma leve queda a partir de 2021. Essa baixa densidade médica pode estar diretamente relacionada aos altos e instáveis índices de mortalidade infantil no município, indicando uma carência crônica de profissionais da saúde e, possivelmente, dificuldade na fixação desses profissionais em áreas mais vulneráveis (Gráfico 6).

Na Região de Integração Tocantins, o número de médicos por 10 mil habitantes evoluiu positivamente, passando de 4,6 em 2019 para 7,0 em 2023. Essa tendência de crescimento constante aponta para uma melhora na cobertura médica regional, o que pode contribuir, no médio prazo, para a estabilização de indicadores de saúde como mortalidade e baixa natalidade assistida. Ainda que o índice continue inferior ao ideal recomendado pela OMS (em torno de 10 por 10 mil), os avanços são notáveis (Gráfico 6).



O estado do Pará apresentou a maior cobertura médica entre os três níveis territoriais analisados. O indicador partiu de 8,5 em 2019 e chegou a 11,0 em 2023, ultrapassando o marco de referência internacional. Esse crescimento demonstra investimento estadual na formação, contratação ou atração de profissionais da saúde, além de possível melhoria na infraestrutura hospitalar. No entanto, a desigualdade na distribuição desses profissionais entre capitais e municípios menores, como Igarapé-Miri, ainda constitui um desafio central à equidade no sistema de saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

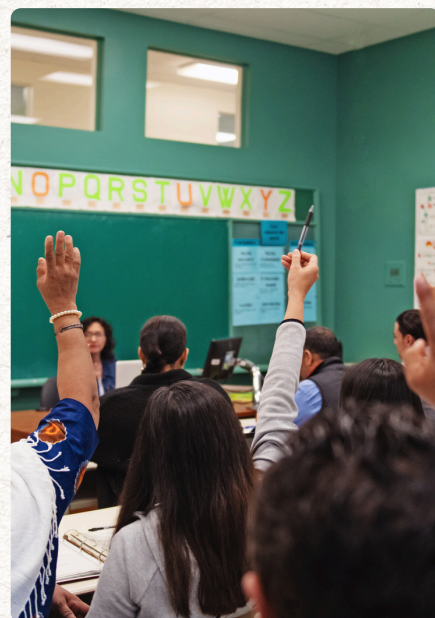
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Igarapé-Miri iniciou 2019 com um dos maiores índices de oferta de vagas no ensino público por mil habitantes (285), mantendo esse patamar até 2021, quando atingiu o pico de 286. No entanto, a partir de 2022, o indicador passou a recuar de maneira significativa, encerrando 2023 com 245 vagas por mil habitantes. Essa queda representa uma redução preocupante da capacidade do sistema educacional local em absorver a demanda por escolarização, o que pode impactar negativamente os indicadores de acesso e permanência escolar (Gráfico 7).

Na Região de Integração Tocantins, a trajetória do indicador foi mais estável, embora também marcada por declínio. O número de vagas

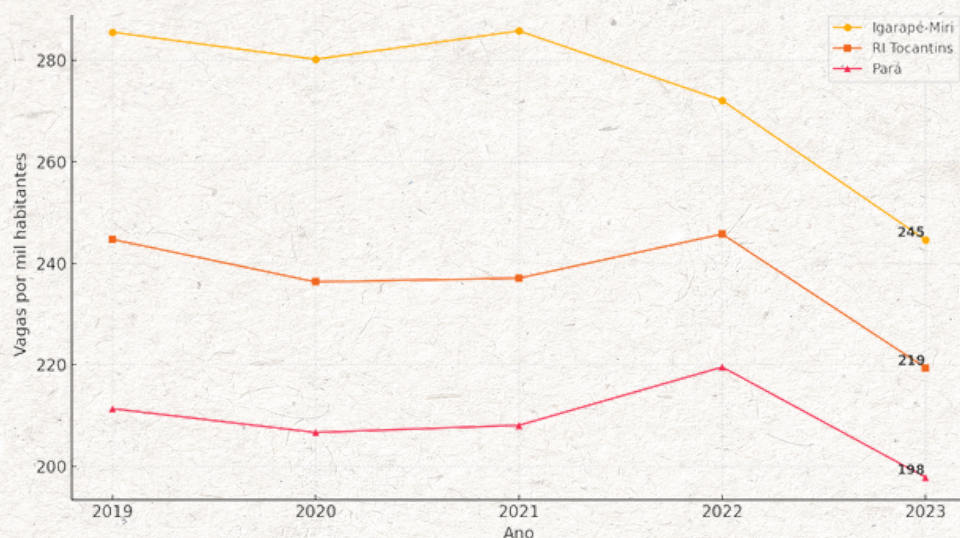
caiu de 245 em 2019 para 219 em 2023, com uma pequena recuperação em 2022 (245). Apesar de os valores absolutos serem inferiores aos de Igarapé-Miri, a oscilação foi menos acentuada, sugerindo maior controle sobre a oferta educacional. Ainda assim, a tendência descendente aponta para desafios regionais na expansão da rede pública de ensino, especialmente diante do crescimento populacional (Gráfico 7).

Já o estado do Pará manteve os menores índices ao longo de todo o período, com 211 vagas por mil habitantes em 2019 e queda progressiva até 198 em 2023. Apesar de discreta, a redução reflete a dificuldade estrutural do estado em ampliar ou manter a



cobertura educacional em escala. Isso pode estar associado à limitação orçamentária, à priorização de outras áreas ou à concentração de investimentos nas zonas urbanas. A baixa disponibilidade de vagas, em contraste com o aumento da demanda por educação, reforça a urgência de estratégias de ampliação da infraestrutura escolar pública (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 245 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Igarapé-Miri teve crescimento expressivo entre 2019 e 2023. O indicador partiu de um patamar muito baixo (20,9%) e apresentou avanço gradual até 2022, quando chegou a 35,8%, seguido por uma grande elevação em 2023, atingindo 63,3%. Esse salto pode estar relacionado a políticas de conectividade implementadas durante e após a pandemia, além de investimentos federais ou estaduais no fortalecimento da infraestrutura digital das escolas públicas (Gráfico 8).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador também evoluiu de forma constante: de 26,8% em 2019 para 61,7% em 2023. O crescimento acelera-

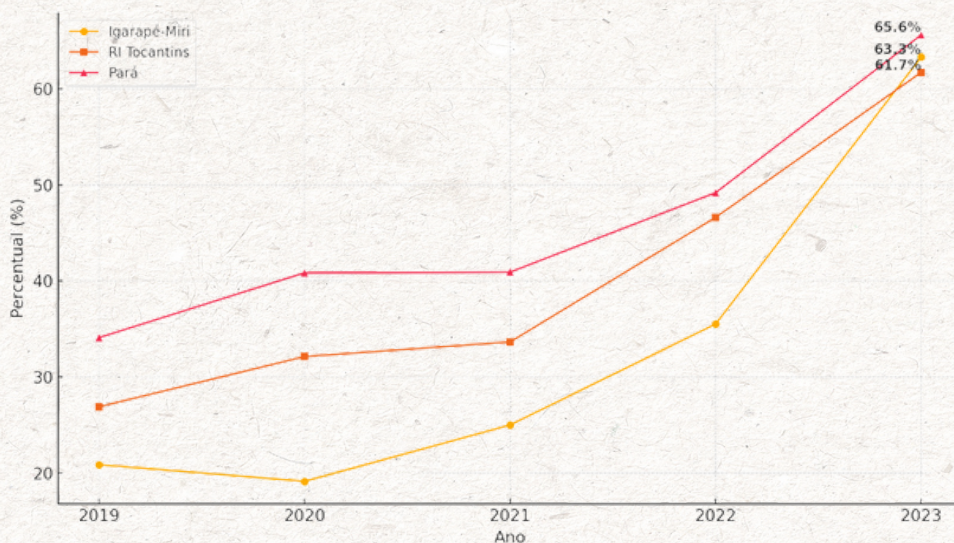
do a partir de 2021 mostra o esforço regional para mitigar os efeitos da exclusão digital nas instituições escolares, principalmente durante o período de ensino remoto emergencial. Apesar de partir de um patamar um pouco mais alto que o de Igarapé-Miri, a RI Tocantins apresentou comportamento semelhante e hoje apresenta quase o mesmo percentual de cobertura (Gráfico 8).

No estado do Pará, o percentual de escolas com acesso à internet também cresceu de maneira significativa, saltando de 33,6% em 2019 para 65,6% em 2023. Embora tenha começado de um ponto mais elevado em relação ao município e à região, seu ritmo de

crescimento foi mais moderado. Isso pode estar relacionado a maiores dificuldades de expansão em áreas remotas ou maior desigualdade entre as redes estadual e municipais. De todo modo, o crescimento expressivo em todos os níveis evidencia avanços importantes na digitalização da educação pública, ainda que persistam desafios quanto à qualidade da conexão e à capacitação para seu uso pedagógico (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



O município de Igarapé-Miri manteve o valor zero para o indicador durante todo o período analisado (2019 a 2023), o que não necessariamente representa a ausência de casos, mas pode indicar subnotificação, ausência de registros oficiais ou falhas nos sistemas de monitoramento e denúncia. Essa lacuna compromete a visibilidade do problema e a formulação de políticas públicas específicas de enfrentamento à violência doméstica, sugerindo a necessidade urgente de fortalecimento institucional e de canais de acolhimento e denúncia (Gráfico 9).

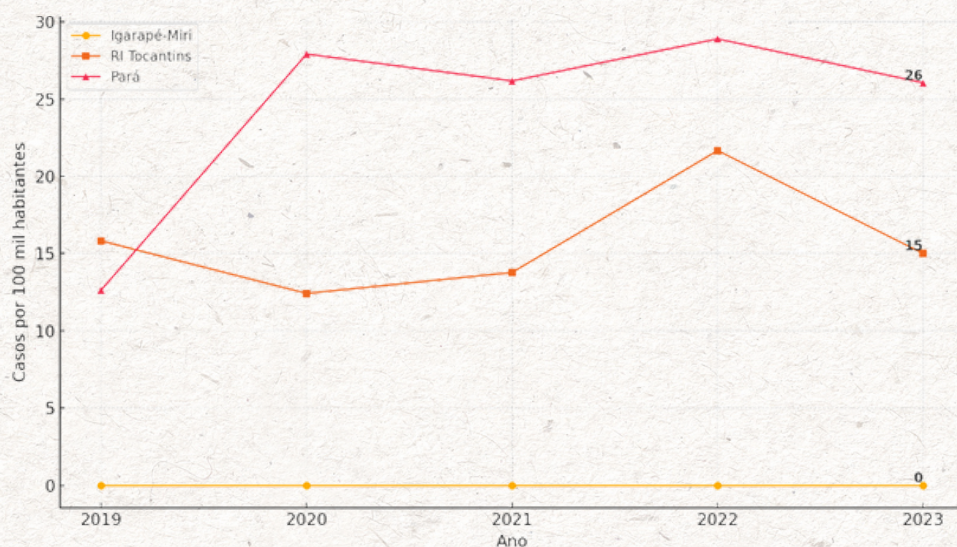


Na Região de Integração Tocantins, o número de casos por 100 mil habitantes iniciou em 15,9 em 2019, caiu para 12,5 em 2020 e voltou a subir gradualmente até atingir 21,6 em 2022, antes de recuar para 15 em 2023. Essa variação indica que o fenômeno é presente e sensível a fatores conjunturais, como isolamento social, condições econômicas e disponibilidade de serviços de proteção. A oscilação reforça a necessidade de estratégias contínuas de combate à violência de gênero, com políticas integradas de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores (Gráfico 9).

O estado do Pará apresentou os maiores pa-

tamares do indicador entre os três níveis analisados, saltando de 12,8 em 2019 para 28,3 em 2022, com leve recuo para 26 em 2023. Esse crescimento expressivo ao longo do período pode refletir maior visibilidade do tema e ampliação dos registros oficiais, mas também revela a gravidade da situação em nível estadual. A leve redução recente pode ser um sinal de resposta das políticas públicas, mas ainda insuficiente diante da magnitude dos números. A consistência dos dados estaduais contrasta com a ausência de registros em Igarapé-Miri, o que indica disparidades institucionais relevantes (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Igarapé-Miri, o percentual de mulheres em cargos gerenciais partiu de 31,6% em 2019, sofreu leve queda para 30,4% em 2020 e, a partir de 2021, iniciou um crescimento significativo, alcançando 50,7% em 2023. Essa trajetória positiva representa uma conquista importante na equidade de gênero no mercado de trabalho local, colocando o município acima das médias regional e estadual. A inversão da tendência após 2020 pode estar associada a políticas de incentivo à liderança feminina ou maior inclusão no setor público local (Gráfico 10).

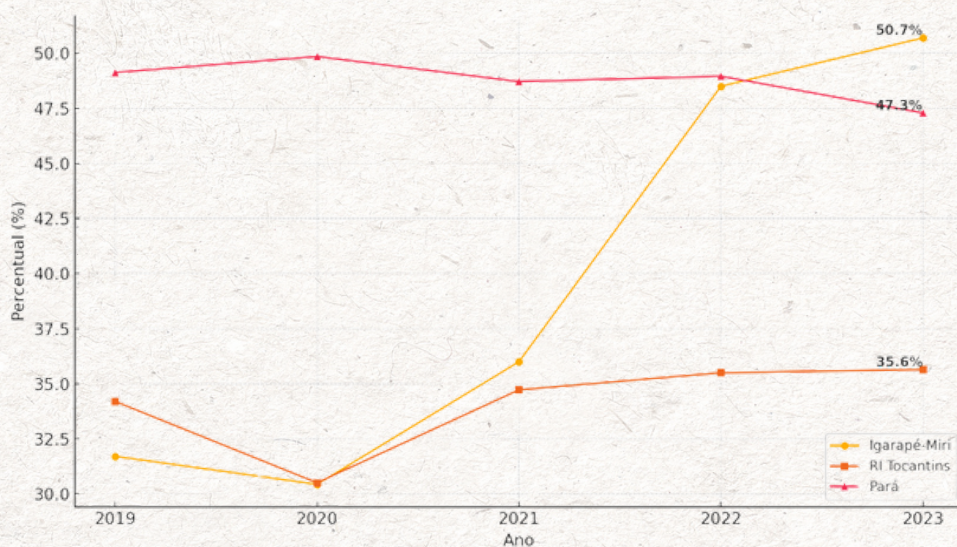


Na Região de Integração Tocantins, o crescimento foi mais lento, mas constante. O indicador saiu de 34,3% em 2019, caiu para 30,4% em 2020 e voltou a subir até alcançar 35,6% em 2023. Embora o avanço seja modesto, ele reflete uma tendência de valorização da presença feminina em espaços de decisão, ainda que abaixo de uma paridade ideal. O ritmo mais gradual sugere obstáculos institucionais e culturais mais persistentes na região, que limitam a ascensão das mulheres a cargos de chefia (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de mu-

lheres em cargos gerenciais oscilou pouco, mantendo-se alto ao longo do período, entre 48,9% e 50,7%, com leve queda para 47,3% em 2023. Apesar da redução recente, o estado apresenta desempenho historicamente superior, o que pode ser fruto de políticas públicas estaduais voltadas à promoção da igualdade de gênero. A estabilidade também indica que, diferentemente das tendências locais e regionais, o Pará já atingiu um patamar elevado de participação feminina na gestão, o que deve ser consolidado e ampliado para garantir sua sustentabilidade (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Igarapé-Miri apresenta um dos mais baixos percentuais de cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda durante todo o período analisado. A taxa permaneceu estagnada em 0,1% entre 2019 e 2021, avançando para 0,2% em 2022 e 2023. Esse resultado revela uma grave carência de infraestrutura sanitária voltada às populações mais vulneráveis, comprometendo diretamente indicadores de saúde pública, dignidade humana e qualidade ambiental local (Gráfico 11).



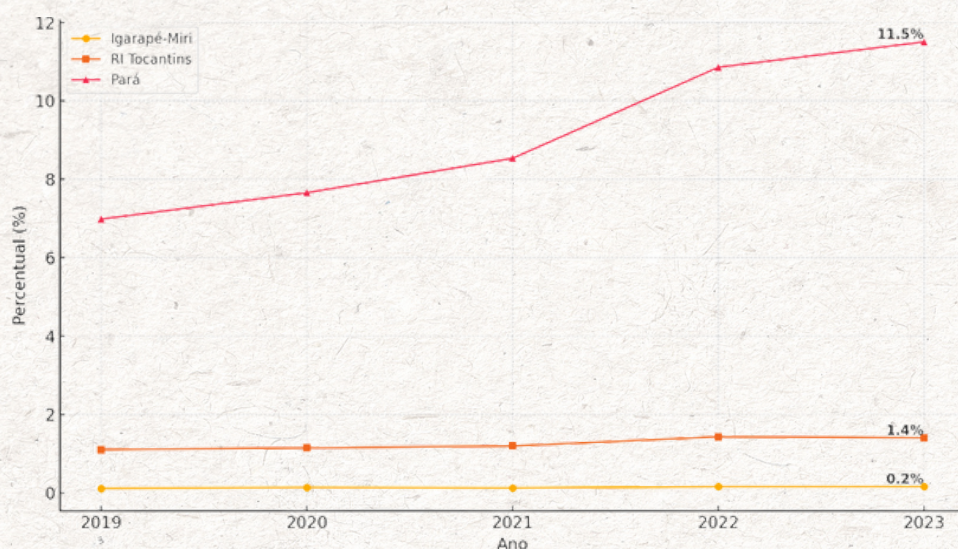
Na Região de Integração Tocantins, o cenário também é de cobertura bastante limitada, embora com desempenho ligeiramente melhor que o do município. O percentual manteve-se estável entre 1,2% e 1,3% de 2019 a 2021, subindo para 1,4% em 2023. A lentidão do crescimento, mesmo diante da crescente demanda por universalização do saneamento, revela um padrão de investimentos insuficientes ou mal direcionados, especialmente nas áreas periféricas e de baixa renda. A tendência plana

aponta para a necessidade de políticas regionais mais incisivas (Gráfico 11).

No estado do Pará, o percentual da população de baixa renda com coleta de esgoto foi significativamente superior aos recortes subnacionais. A cobertura passou de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento contínuo ao longo do período. Apesar de ainda representar uma cobertura baixa em termos absolutos, o avanço indica que o estado vem ampliando progressivamente seus investimentos

em saneamento com foco social. O contraste entre os números estaduais e locais reforça a desigualdade na distribuição territorial da infraestrutura básica (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Igarapé-Miri, o gasto per capita com saneamento básico manteve-se zerado em todos os anos de 2019 a 2023. Esse dado evidencia uma ausência completa de destinação orçamentária municipal para essa finalidade, o que ajuda a explicar os valores extremamente baixos de cobertura observados no indicador anterior. A falta de investimento compromete o avanço da universalização do serviço e revela negligência em relação ao direito ao saneamento, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade (Gráfico 12).

Na Região de Integração Tocantins, o gasto per capita teve comportamento oscilante. Em 2019, era de R\$ 27, diminuindo progressivamente até R\$ 13

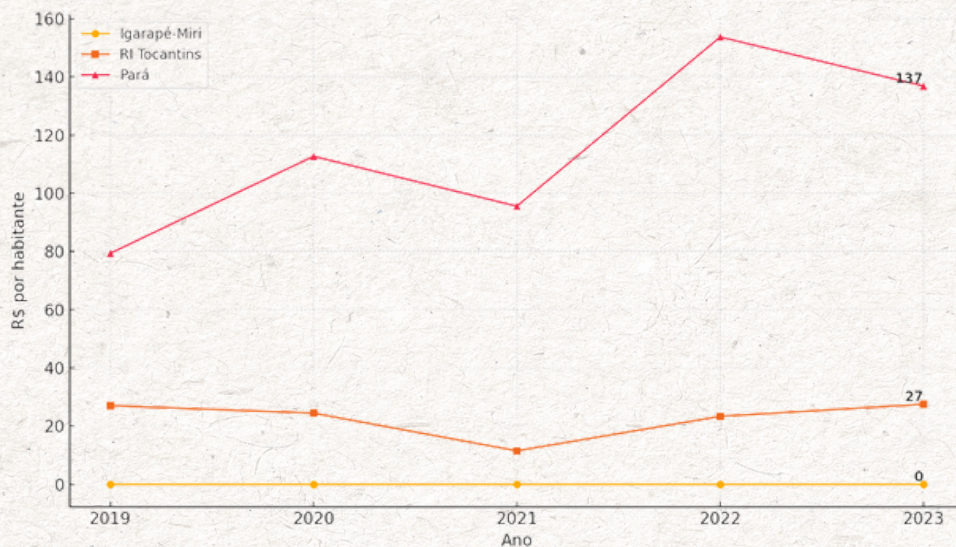
em 2021, e voltando a crescer para R\$ 27 em 2023. Embora ainda modestos, esses valores indicam algum nível de compromisso regional com o setor, embora a instabilidade nos aportes possa comprometer a continuidade de obras e ações. A retomada do crescimento a partir de 2022 pode estar associada a políticas de recuperação pós-pandemia ou repasses de recursos estaduais e federais (Gráfico 12).

O estado do Pará apresentou os maiores valores de gasto per capita entre os três níveis. Em 2019, o gasto foi de R\$ 80 por habitante, crescendo para R\$ 114 em 2020 e atingindo o pico de R\$ 154 em 2022, com uma leve queda para R\$ 137 em 2023. A trajetória indica priorização crescente da polí-

tica de saneamento no orçamento estadual, especialmente nos anos posteriores à pandemia. Ainda assim, a queda em 2023 pode sinalizar desafios fiscais ou mudanças de estratégia que merecem atenção para que não haja retrocesso nos avanços conquistados (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



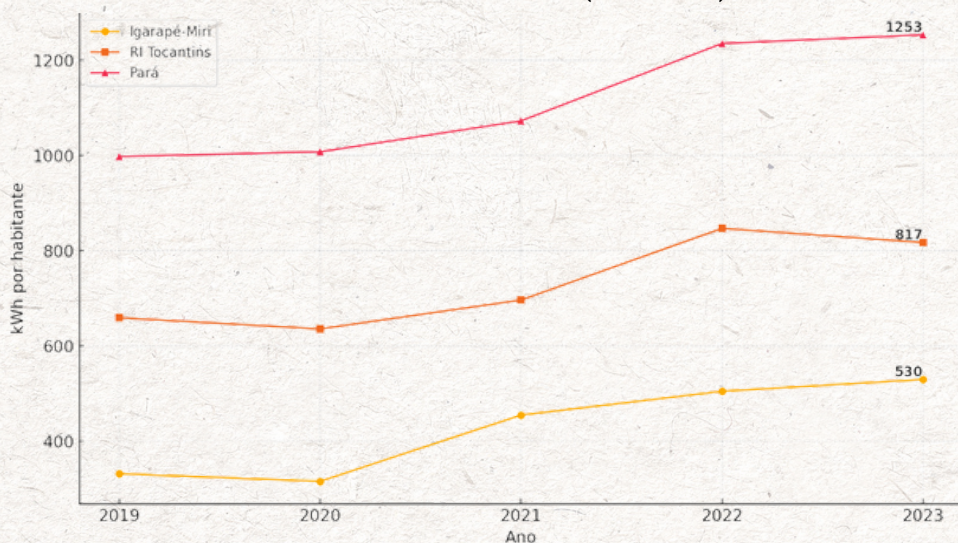
O município de Igarapé-Miri apresentou uma trajetória de crescimento contínuo no consumo per capita de energia elétrica ao longo do período analisado, partindo de 326 kWh/hab. em 2019 e alcançando 530 kWh/hab. em 2023. Essa evolução, embora em patamares ainda baixos comparados aos demais níveis territoriais, indica ampliação do acesso à energia ou maior eletrificação de domicílios, podendo estar relacionada a melhorias na infraestrutura de distribuição e aumento do uso de equipamentos elétricos pela população (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Tocantins, o consumo médio também cresceu, saindo de 657 kWh/hab. em 2019 para 817 kWh/hab. em 2023, com maior aceleração entre 2021 e 2022. Esse comportamento aponta para um padrão de aumento consistente da demanda energética, possivelmente associado ao crescimento populacional, expansão urbana e aquecimento da atividade econômica regional. A ligeira queda observada em 2023 pode refletir flutuações sazonais, medidas de eficiência energética ou contenção de consumo por fatores econômicos (Gráfico 13).

O estado do Pará, por sua vez, registrou o maior nível de consumo per capita em todos os anos da série. Em 2019, o indicador estava em 998 kWh/hab. e avançou progressivamente até atingir 1.253 kWh/hab. em 2023. O crescimento significativo demonstra uma tendência de consolidação da infraestrutura energética no estado, alinhada a um possível processo de urbanização e diversificação produtiva. Entretanto, a elevada média estadual contrasta com os baixos valores de Igarapé-Miri, evidenciando desigualdades territoriais de acesso e consumo (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 530 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Igarapé-Miri, o percentual de domicílios de baixa renda com uso de iluminação fóssil caiu drasticamente de 11,5% em 2019 para 4,8% em 2023. A redução contínua ao longo dos anos reflete avanços importantes na substituição de fontes precárias de iluminação por eletricidade, contribuindo para a segurança, saúde e dignidade das famílias vulneráveis. Apesar do progresso, o dado final ainda representa um número expressivo de residências em condição de insegurança energética (Gráfico 14).

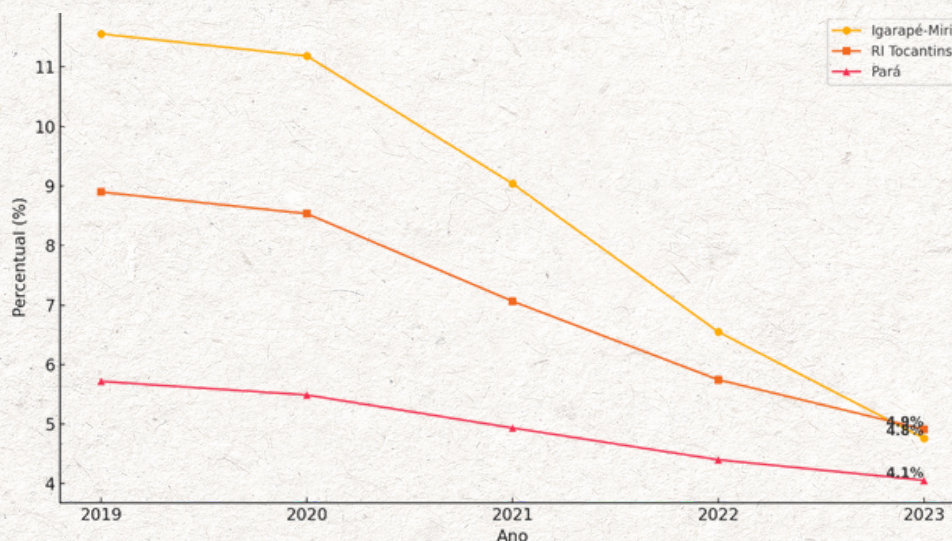


Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi semelhante, com o indicador diminuindo de 8,9% em 2019 para 4,9% em 2023. A trajetória de queda também é constante, o que sugere esforços regionais coordenados para ampliar o acesso à energia elétrica, especialmente nas áreas mais pobres. No entanto, o patamar final ainda reflete um desafio relevante, principalmente se comparado aos níveis estaduais, indicando a necessidade de políticas públicas mais focalizadas em comunidades isoladas ou rurais (Gráfico 14).

O estado do Pará apresentou os menores percentuais em todo o período, partindo de 5,7% em 2019 e caindo para 4,1% em 2023. A redução foi mais lenta e moderada, mas o patamar já relativamente baixo revela maior universalização do serviço nos grandes centros urbanos, que puxam a média estadual para baixo. Ainda assim, a persistência de residências com iluminação fóssil demonstra a existência de bolsões de exclusão energética, reforçando a importância de uma abordagem territorializada para o combate à pobreza energética (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

O indicador de empregos formais por mil habitantes em Igarapé-Miri apresentou uma queda acentuada entre 2020 e 2021, passando de 49 para apenas 15 postos formais por mil habitantes, o menor valor da série. Esse recuo pode estar relacionado aos efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que atingiu fortemente os municípios com menor diversificação econômica e maior informalidade. A partir de 2022, nota-se uma recuperação significativa, com retorno ao patamar anterior (48 em 2022 e 49 em 2023), indicando uma retomada da atividade econômica local, embora ainda em nível inferior ao desejável para inclusão produtiva sustentável (Gráfico 15).

Na Região de Integração Tocantins, o desempenho foi mais estável e ascendente. Em 2019, o indicador estava em 87

Empregos Formais por Mil Habitantes

empregos por mil habitantes e cresceu de forma progressiva até alcançar 117 em 2023. A consistência dessa trajetória sugere maior resiliência do mercado de trabalho formal regional, talvez impulsionada por polos urbanos com maior capacidade de absorção de mão de obra com carteira assinada. A evolução positiva, especialmente entre 2021 e 2022, reforça a hipótese de que políticas de retomada econômica e investimentos públicos e privados surtiram efeitos positivos no território regional (Gráfico 15).

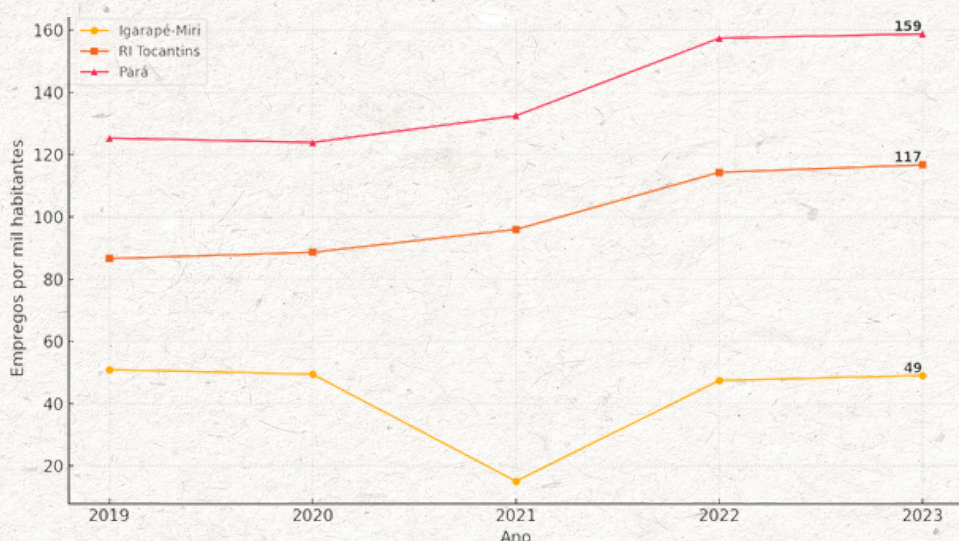
O estado do Pará apresentou os melhores resultados em toda a série, partindo de 125 empregos formais por mil habitantes em 2019 e alcançando 159 em 2023. Apesar de um leve recuo em 2020, o





crescimento foi acentuado nos anos seguintes, especialmente entre 2021 e 2022. Isso demonstra uma forte recuperação e expansão do mercado formal em nível estadual, possivelmente ancorada em setores como indústria extrativa, comércio e serviços urbanos. O contraste entre os dados estaduais e os de Igarapé-Miri evidencia desigualdades estruturais de acesso ao emprego formal, apontando para a urgência de políticas de desenvolvimento local mais integradas e inclusivas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O município de Igarapé-Miri registrou crescimento contínuo do PIB per capita entre 2018 e 2022, saindo de cerca de R\$ 8.000 para R\$ 11.886. Apesar da trajetória positiva, o patamar permanece significativamente inferior ao das demais escalas territoriais, o que revela uma limitação estrutural da economia local em gerar renda por habitante. Esse crescimento modesto, ainda que estável, pode estar relacionado a melhorias pontuais na agropecuária ou no setor de serviços

PIB per capita



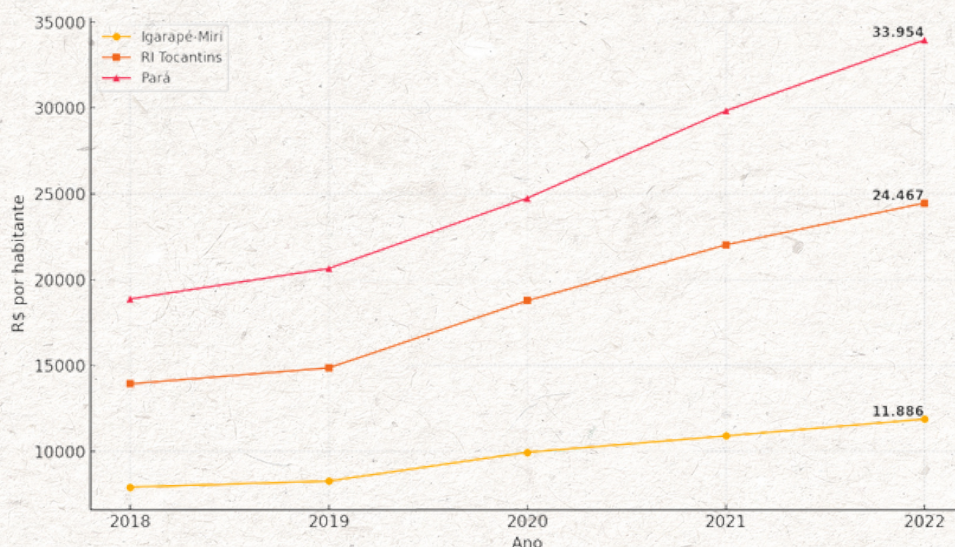
serviços, sem, no entanto, sinalizar uma transformação produtiva mais robusta (Gráfico 16).

A Região de Integração Tocantins apresentou desempenho mais expressivo, com o PIB per

capita aumentando de R\$ 13.900 em 2018 para R\$ 24.467 em 2022. A elevação, especialmente acentuada a partir de 2020, pode refletir maior dinamismo econômico regional, com possível fortalecimento de cadeias produtivas industriais ou expansão do setor de mineração e serviços. A trajetória ascendente sugere que a região tem conseguido captar investimentos e gerar valor agregado com maior eficiência do que o município (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.598/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Igarapé-Miri, a participação da indústria no PIB local permaneceu muito baixa durante todo o período, variando entre 4% em 2018 e 5,7% em 2022. Embora apresente ligeira tendência de crescimento, esse valor ainda indica uma estrutura produtiva altamente dependente de setores de menor complexidade, como agricultura e serviços informais. A ausência de base industrial forte compromete a geração de empregos qualificados e a arrecadação fiscal, limitando o potencial de desenvolvimento do município (Gráfico 17).

Na Região de Integração To-

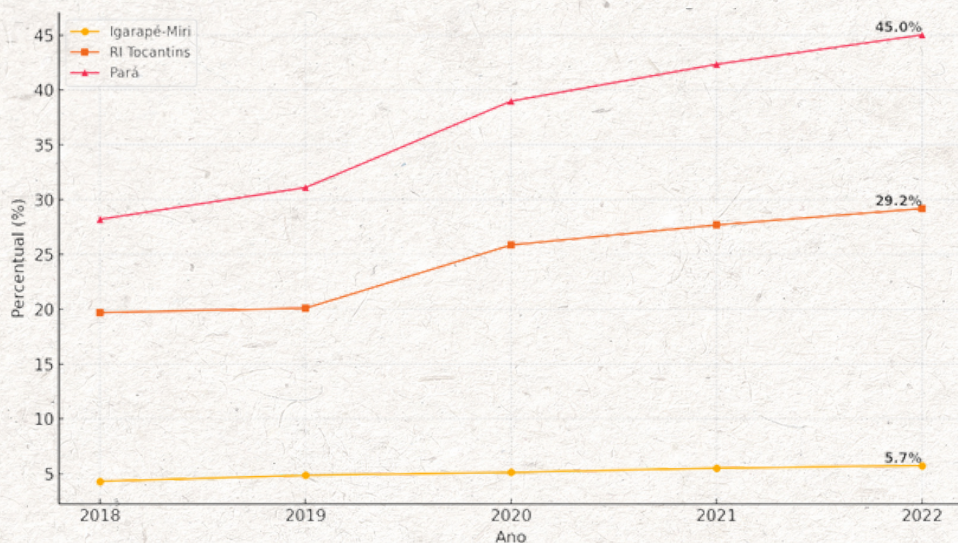
cantins, o valor adicionado da indústria ao PIB aumentou consideravelmente, passando de 19,8% em 2018 para 29,2% em 2022. A partir de 2020, nota-se uma intensificação no crescimento industrial regional, possivelmente impulsionada por investimentos públicos ou privados em agroindústria, logística e setores de transformação. O ganho de participação da indústria no PIB sinaliza uma diversificação econômica relevante, que pode fortalecer a resiliência regional frente a crises externas (Gráfico 17).

O estado do Pará apresentou a maior taxa de participação

da indústria no PIB, crescendo de 28,2% em 2018 para impressionantes 45% em 2022. Esse avanço reflete, principalmente, a consolidação do setor extrativo mineral, incluindo ferro, bauxita e cobre, cuja valorização no mercado internacional impulsionou a economia paraense. A elevada concentração industrial, no entanto, gera um alerta: embora traga ganhos fiscais e de exportação, pode não resultar em benefícios distribuídos uniformemente, como demonstram os baixos índices industriais de municípios como Igarapé-Miri (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador “Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes” no município de Igarapé-Miri apresentou variações significativas entre 2019 e 2023. Nos três primeiros anos, os valores foram bastante baixos e estáveis – cerca de 1,8 em 2019 e 2020, caindo para 0,8 em 2021. A partir de 2022, houve um salto expressivo para 11,9 profissionais por 100 mil habitantes, mantendo-se em 12 em 2023. Esse aumento



repentino pode refletir a implementação de políticas locais de incentivo à pesquisa ou atração de profissionais com formação científica, embora o número ainda seja inferior ao de níveis superiores (Gráfico 18).

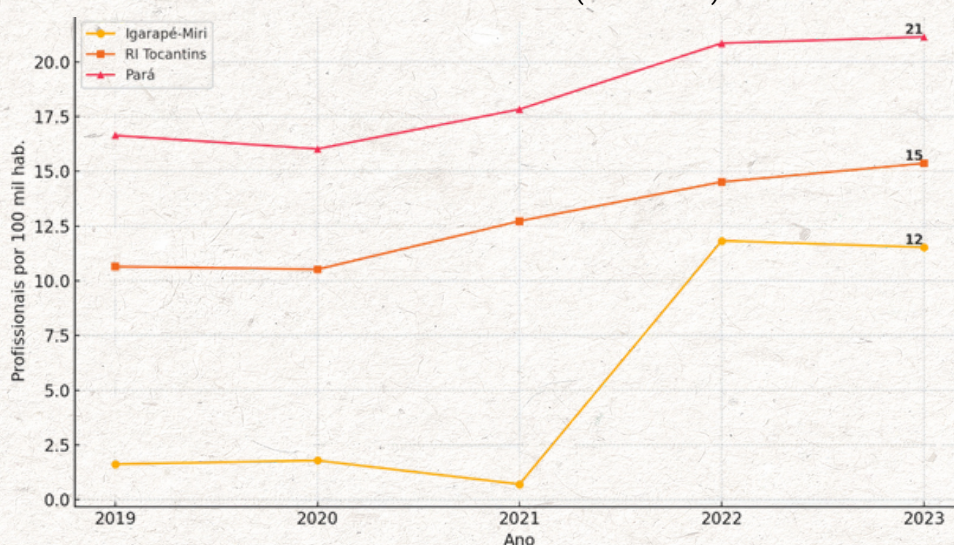
Na Região de Integração Tocantins, o crescimento do nú-

mero de profissionais da ciência foi gradual e constante. O indicador partiu de 10,7 em 2019 e atingiu 15,3 em 2023, evidenciando uma tendência consistente de fortalecimento da base científica regional. Essa evolução pode estar associada ao papel de centros urbanos da região como polos educacionais e de inovação, capazes de atrair e reter capital humano qualificado. O aumento contínuo sugere uma trajetória sólida rumo à consolidação de uma estrutura regional de ciência e tecnologia (Gráfico 18).

No estado do Pará, o número de profissionais da ciência também apresentou crescimento ao longo do período, ini-



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais em Igarapé-Miri como percentual do PIB apresentou grande oscilação. Em 2019, o indicador estava em 1,74%, o maior valor do período, caindo para 1,38% em 2020 e despenhando para apenas 0,27% em 2021 – reflexo evidente dos impactos da pandemia sobre o emprego formal no município. Já em 2022, o indicador se recupera de forma expressiva, alcançando 1,33%, demonstrando uma retomada das atividades formais, ainda que sem atingir o patamar pré-crise (Gráfico 19).

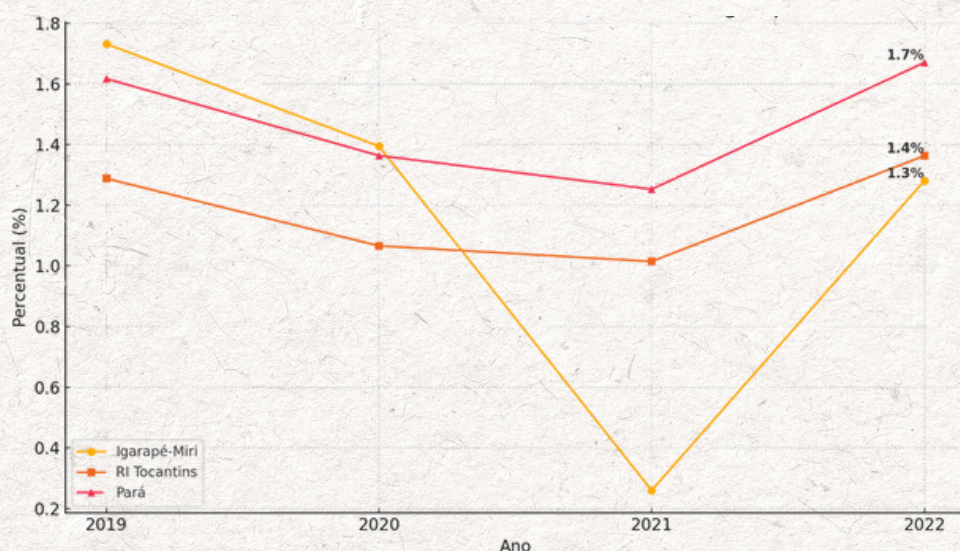
Na Região de Integração Tocantins, o indicador iniciou em

1,29% em 2019, mantendo-se mais estável ao longo dos anos seguintes: houve queda gradual até 1,01% em 2021, seguida de recuperação para 1,4% em 2022, superando inclusive o valor inicial da série. Essa trajetória sugere maior resiliência do mercado de trabalho formal regional, com capacidade de preservar parte significativa da massa salarial mesmo em contextos adversos, provavelmente devido à maior diversificação econômica e à presença de polos urbanos mais estruturados (Gráfico 19).

O estado do Pará apresentou desempenho consistente e, entre os três níveis analisados,

manteve a maior participação da massa salarial formal no PIB ao longo do período. Iniciou em 1,61% em 2019, caiu para 1,26% em 2021 e, em 2022, subiu para 1,70%, superando o valor inicial. Isso indica que, apesar das flutuações provocadas pela pandemia, a recuperação estadual foi sólida, possivelmente impulsionada por setores industriais e extrativistas que retomaram fortemente a atividade. O contraste com Igarapé-Miri, especialmente em 2021, evidencia as desigualdades territoriais no acesso ao emprego formal e na distribuição da renda gerada pela economia (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

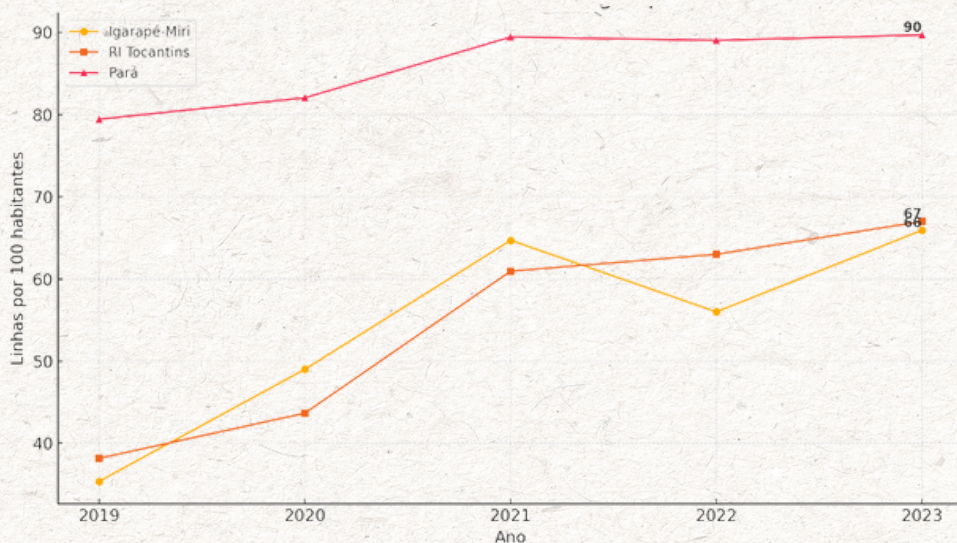
Em Igarapé-Miri, o acesso à telefonia móvel evoluiu de forma positiva entre 2019 e 2021, saltando de 35 para 65 linhas por 100 habitantes, o que indica significativa expansão do serviço nesse período. Contudo, em 2022 houve recuo para 56 linhas, possivelmente por efeitos econômicos ou técnicos locais, como redução de linhas ativas ou dificuldades de cobertura. Em 2023, o indicador voltou a crescer, alcançando 66 linhas por 100 habitantes, retomando o patamar de expansão observado anteriormente e evidenciando melhora no acesso à conectividade móvel (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução foi mais consistente, partindo de 38 linhas por 100 habitantes em 2019 para 67 em 2023, com crescimento gradual ano a ano. Esse comportamento sugere maior estabilidade no processo de digitalização e conectividade regional, o que pode estar associado à presença de centros urbanos mais estruturados e à atuação contínua de operadoras de telecomunicação. A evolução moderada, mas constante, indica que a região caminha para uma universalização do acesso à telefonia móvel, com impactos positivos sobre inclusão digital e acesso a serviços (Gráfico 20).



O estado do Pará apresentou os melhores resultados entre os três recortes analisados, partindo de 79,5 linhas em 2019 e atingindo 90 em 2023. A estabilidade no crescimento, com pequenas variações entre 2021 e 2022, mostra que o estado já se encontra próximo de um nível de saturação nesse indicador, refletindo ampla cobertura de serviços móveis. O desempenho superior do estado em relação ao município e à região aponta para desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura de telecomunicação, destacando a necessidade de políticas específicas para os territórios menos atendidos (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

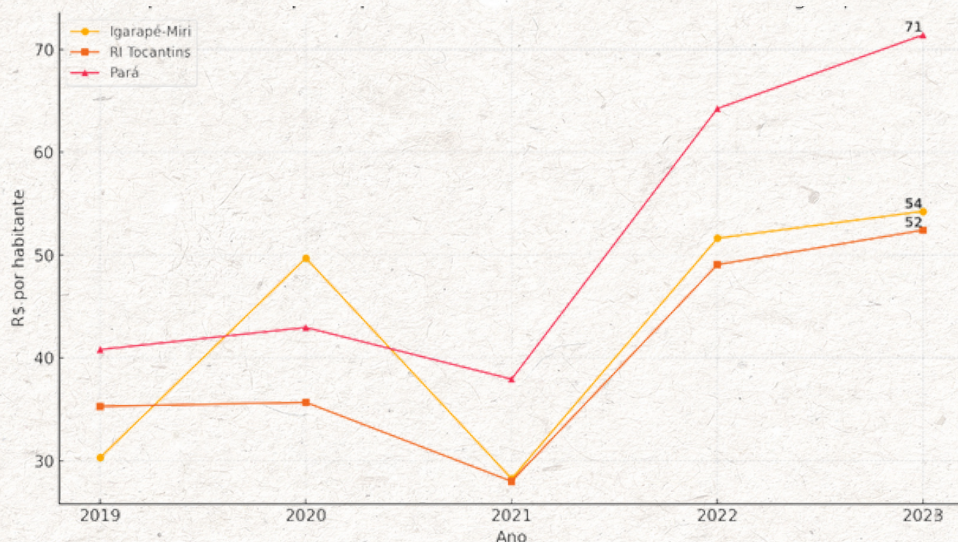
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O município de Igarapé-Miri apresentou oscilações relevantes no indicador ao longo do período. Em 2019, o gasto per capita era de R\$ 30, subindo para R\$ 50 em 2020, e caindo novamente para R\$ 29 em 2021. A partir de 2022, observa-se uma trajetória de recuperação, com aumento para R\$ 52 e posterior estabilização em R\$ 54 em 2023. Essas variações revelam uma instabilidade na destinação de recursos para cultura e meio ambiente, ainda que o aumento recente sugira uma retomada do comprometimento com essas áreas (Gráfico 21).

Na Região de Integração Tocantins, os gastos também variaram, embora em menor intensidade. O indicador saiu de R\$ 35 em 2019 e manteve-se quase estável em 2020, caindo para R\$ 27 em 2021 e subindo para R\$ 52 em 2023. A trajetória sugere que, assim como no município, houve impacto fiscal ou prioridade reduzida no auge da pandemia, com recuperação mais clara nos dois últimos anos. O alinhamento da curva regional com a municipal indica padrões semelhantes de investimento em políticas culturais e ambientais no território (Gráfico 21).

O estado do Pará demonstrou crescimento mais robusto nesse indicador, partindo de R\$ 41 em 2019 e atingindo R\$ 71 em 2023, com destaque para o salto ocorrido entre 2021 e 2022. Essa elevação pode estar associada a programas estruturantes de valorização da cultura e ações ambientais, especialmente em resposta à crescente demanda por políticas de sustentabilidade e recuperação econômica no pós-pandemia. O avanço estadual, em ritmo mais acelerado que nos demais recortes, evidencia maior capacidade fiscal e institucional para priorizar essas áreas (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



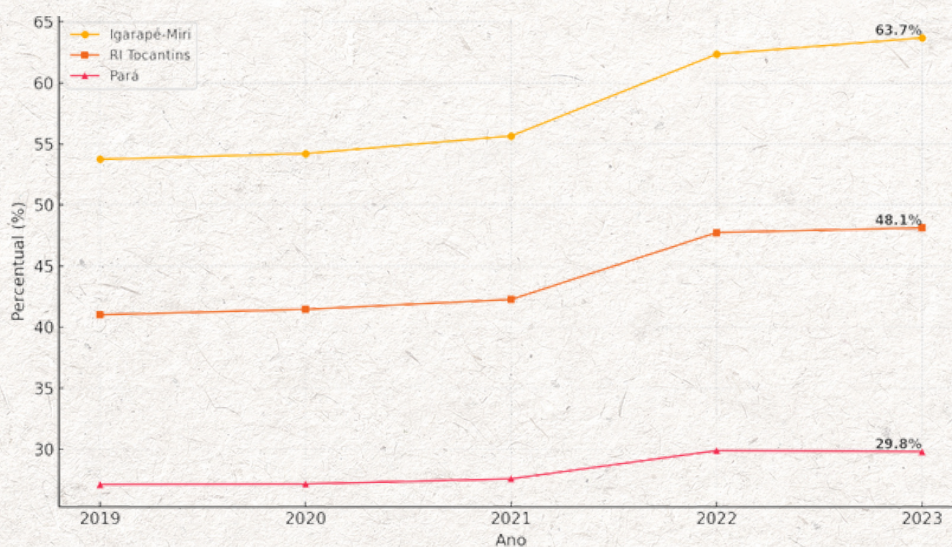
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Igarapé-Miri, o percentual de pessoas de baixa renda que recorrem à queima ou enterro do lixo aumentou de forma preocupante ao longo do período, passando de 53,9% em 2019 para 63,7% em 2023. A trajetória revela um agravamento das condições de acesso à coleta regular de resíduos sólidos, sobretudo nas áreas mais vulneráveis. Esse crescimento indica falhas estruturais na cobertura do serviço de limpeza urbana, além de potenciais riscos ambientais e de saúde pública associados a práticas inadequadas de descarte (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento do indicador também foi de crescimento, embora em menor intensidade. O percentual aumentou de 41% em 2019 para 48,1% em 2023, com maior aceleração a partir de 2021. A tendência aponta para carências regionais no manejo de resíduos em territórios periféricos ou rurais, onde a oferta de serviços públicos é mais limitada. Ainda que o patamar seja inferior ao de Igarapé-Miri, o dado evidencia a persistência de práticas informais de descarte, comuns em contextos de exclusão social e baixa infraestrutura (Gráfico 22).

No estado do Pará, o indicador também cresceu, embora mantendo-se em níveis relativamente menores. Partindo de 27,1% em 2019, chegou a 29,8% em 2023, com aumento mais concentrado entre 2021 e 2022. Apesar da elevação ser discreta, ela alerta para a vulnerabilidade de parte da população paraense — especialmente em áreas urbanas precárias — diante da ausência ou irregularidade do serviço de coleta. O contraste entre os níveis municipal e estadual destaca as disparidades territoriais de acesso à gestão adequada de resíduos sólidos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

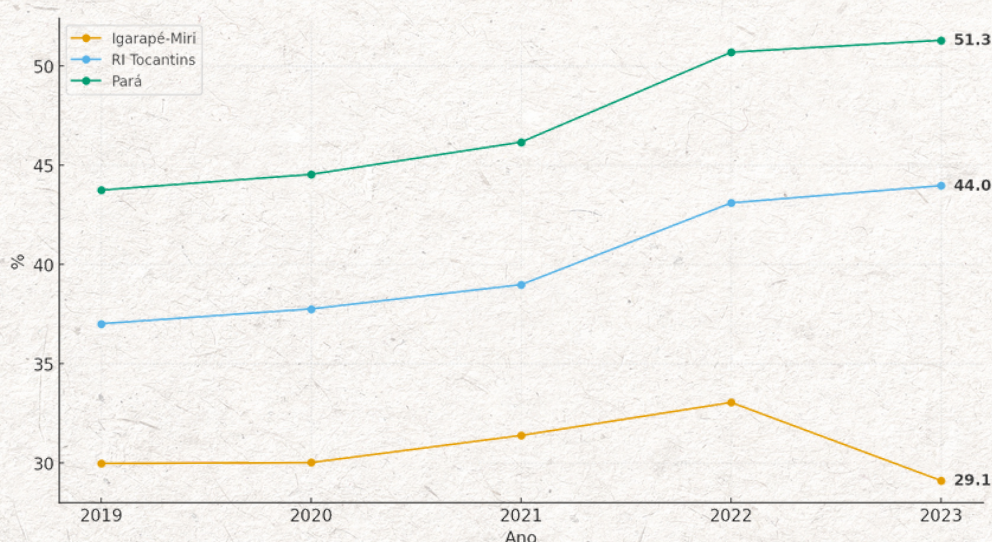
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O município de Igarapé-Miri apresentou trajetória oposta à observada em boa parte da região. O percentual manteve-se estável em torno de 30,0% entre 2019 e 2020, subindo ligeiramente para 31,5% em 2021 e 33,0% em 2022, mas recuando fortemente para 29,1% em 2023. Esse comportamento sugere alguma recuperação na infraestrutura sanitária, com provável ampliação de alternativas de esgoto ou substituição de fossas rudimentares em áreas urbanas. Ainda assim, quase um terço da população de baixa renda

permanece em condição precária (Gráfico 23).

Na RI Tocantins, o indicador cresceu de 37,0% para 44,0%, e no Pará de 44,0% para 51,3%. Isso mostra que, enquanto o contexto regional e estadual piorou, Igarapé-Miri conseguiu reduzir seu índice, destoando positivamente da tendência geral. O recuo recente representa avanço relativo, possivelmente vinculado a investimentos pontuais em saneamento básico e habitação popular (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

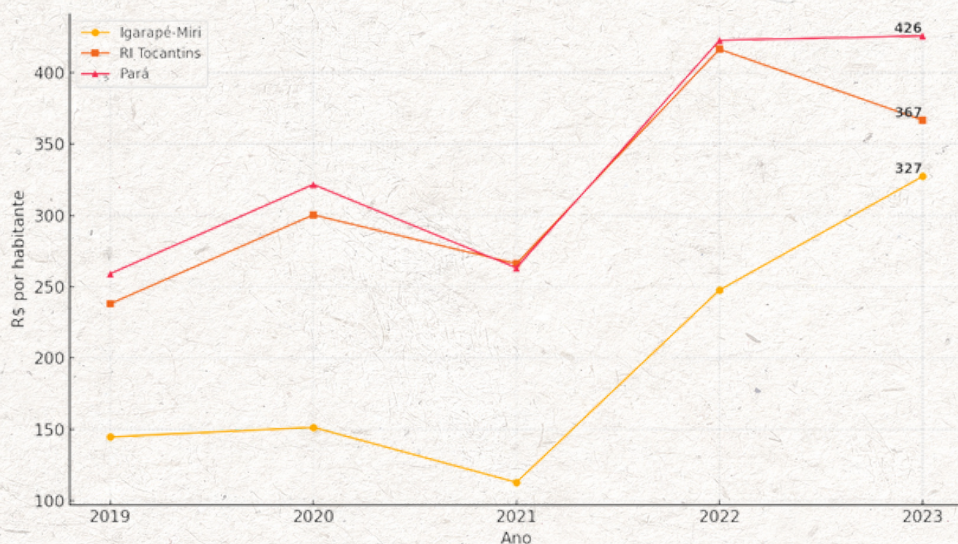


Em Igarapé-Miri, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram variação significativa ao longo dos anos. O indicador iniciou em R\$ 144 em 2019 e subiu levemente para R\$ 152 em 2020, mas caiu para R\$ 114 em 2021, refletindo possível retração orçamentária ou mudança de prioridades durante a pandemia. A partir de 2022, observou-se um aumento expressivo, chegando a R\$ 327 em 2023, o que demonstra maior comprometimento recente do município com ações preventivas frente a riscos ambientais, como enchentes ou deslizamentos (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução também foi marcada por oscilações. Os gastos começaram em R\$ 237 por habitante em 2019, subiram para R\$ 300 em 2020, e recuaram para R\$ 267 em 2021. Em 2022, houve uma elevação acentuada para R\$ 415, seguida por leve queda em 2023, atingindo R\$ 367. Esse comportamento indica uma resposta regional mais coordenada ao aumento das vulnerabilidades climáticas, especialmente após eventos extremos mais frequentes nos últimos anos, embora com certa instabilidade no planejamento orçamentário (Gráfico 24).

O estado do Pará apresentou os maiores valores entre os três recortes, partindo de R\$ 257 por habitante em 2019 e alcançando R\$ 426 em 2023. Após crescimento constante até 2020, houve um recuo em 2021, provavelmente impactado pelo redirecionamento de recursos durante a pandemia. No entanto, o expressivo aumento nos anos seguintes sinaliza a retomada de investimentos em políticas de proteção ambiental, infraestrutura e planejamento urbano voltado à redução de riscos. A trajetória estadual reforça a importância de manter investimentos contínuos em prevenção como estratégia de resiliência climática (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 327/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Igarapé-Miri demonstrou forte oscilação nos gastos per capita com preservação aquática entre 2019 e 2023. O valor partiu de R\$ 426 em 2019, subiu para R\$ 517 em 2020 e avançou ainda mais em 2021, alcançando R\$ 757. No entanto, houve queda acentuada para R\$ 470 em 2022, seguida de uma expressiva recuperação em 2023, quando o indicador chegou a R\$ 859. Essa trajetória revela certo grau de instabilidade no financiamento ambiental, embora o patamar final indique uma elevação significativa dos esforços voltados à conservação de rios, igarapés e mananciais (Gráfico 25).



A Região de Integração Tocantins teve comportamento semelhante, porém com valores geralmente superiores. Os gastos saltaram de R\$ 617 em 2019 para R\$ 917 em 2020, o pico da série, antes de recuar para R\$ 565 em 2022. Em 2023, houve recuperação para R\$ 876, sinalizando retomada do compromisso regional com a gestão de recursos hídricos. A oscilação acentuada indica dependência de fatores como repasses intergovernamentais,

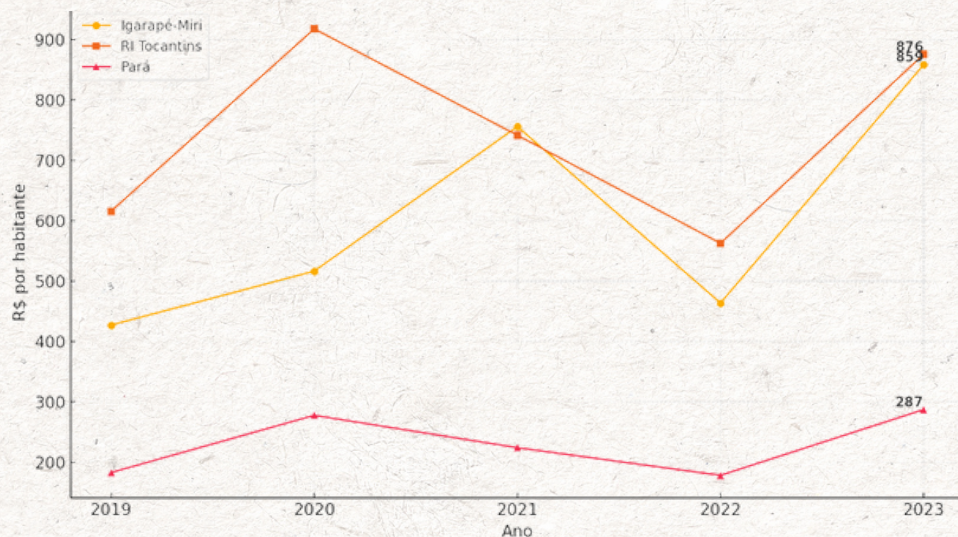
convênios ou variações nas políticas públicas de meio ambiente, especialmente em contextos de restrição fiscal (Gráfico 25).

Já no estado do Pará, o comportamento foi mais modesto, com valores sistematicamente inferiores aos demais níveis. A despesa per capita passou de R\$ 184 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com picos menores em 2020 (R\$ 274) e variações mais suaves. Essa estabilidade relativa pode



refletir a execução de programas contínuos com menor amplitude orçamentária, voltados principalmente à preservação de grandes bacias hidrográficas. Ainda assim, os valores estaduais baixos em relação aos níveis municipal e regional indicam que os investimentos em preservação aquática se concentram em ações localizadas, com potencial de ampliação (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 859/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Igarapé-Miri, o percentual da área coberta por floresta apresentou leve, mas constante, tendência de redução. Em 2019, a cobertura florestal representava 49,9% da área total do município, caindo para 47,9% em 2023. Embora a variação pareça pequena, o recuo contínuo sinaliza perda de vegetação nativa, o que pode estar associado a pressões por uso da terra, como expansão agropecuária ou ocupações irregulares. A manutenção de quase metade da área com floresta, entretanto, ainda é um ponto positivo do ponto de vista ecológico (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi semelhante, com uma redução de 42,5% em 2019 para 40,6% em 2023, após atingir o

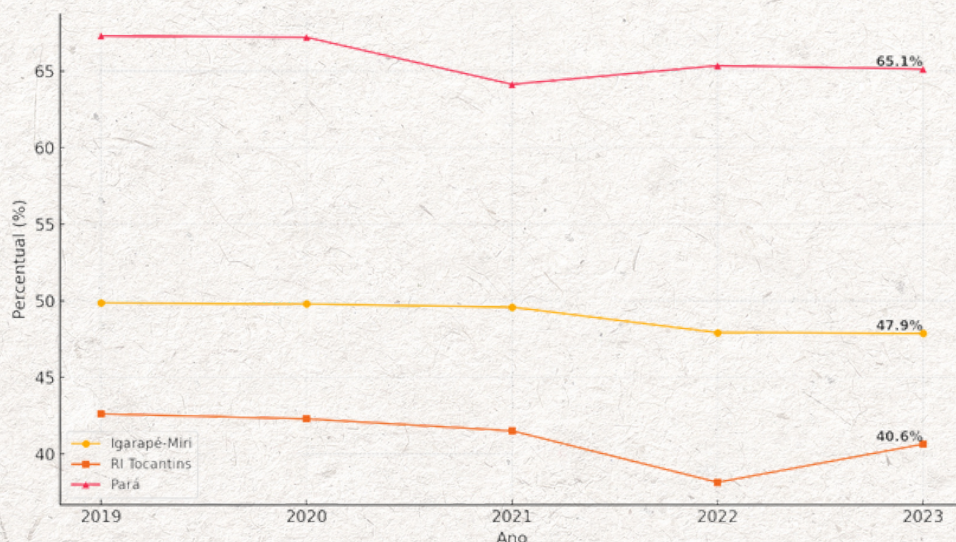
ponto mais baixo em 2022 (38,3%). Esse padrão revela uma dinâmica territorial comum de perda florestal moderada, mas persistente, provavelmente causada por atividades econômicas associadas ao desmatamento seletivo ou substituição da cobertura vegetal. A leve recuperação em



2023 pode sinalizar o efeito de ações de contenção ou mudanças nos padrões de uso do solo, embora não represente ainda uma reversão de tendência (Gráfico 26).

O estado do Pará apresentou maior estabilidade e maior proporção de floresta preservada ao longo do período. A cobertura florestal variou entre 64,2% e 65,1% da área total, mantendo-se acima dos dois recortes territoriais inferiores. Essa estabilidade pode refletir o peso das áreas de proteção ambiental em grandes porções do território paraense e menor pressão demográfica em algumas regiões. Mesmo assim, a leve oscilação indica que o estado ainda enfrenta desafios na contenção do desmatamento, apesar de manter um nível mais elevado de cobertura florestal (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O município de Igarapé-Miri manteve um percentual relativamente estável de área desmatada entre 2019 e 2023, oscilando de 24,3% para 24,9%. A ausência de crescimento expressivo do desmatamento é um sinal positivo, indicando certa estabilidade no uso do solo e possível eficácia de mecanismos locais de controle. No entanto, a manutenção de um quarto da área total desmatada ainda representa um desafio considerável para a preservação ambiental e exige atenção contínua das autoridades municipais (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tocantins, a área desmatada apresentou variação mais pronunciada. O percentual subiu levemente de 43,8% em 2019

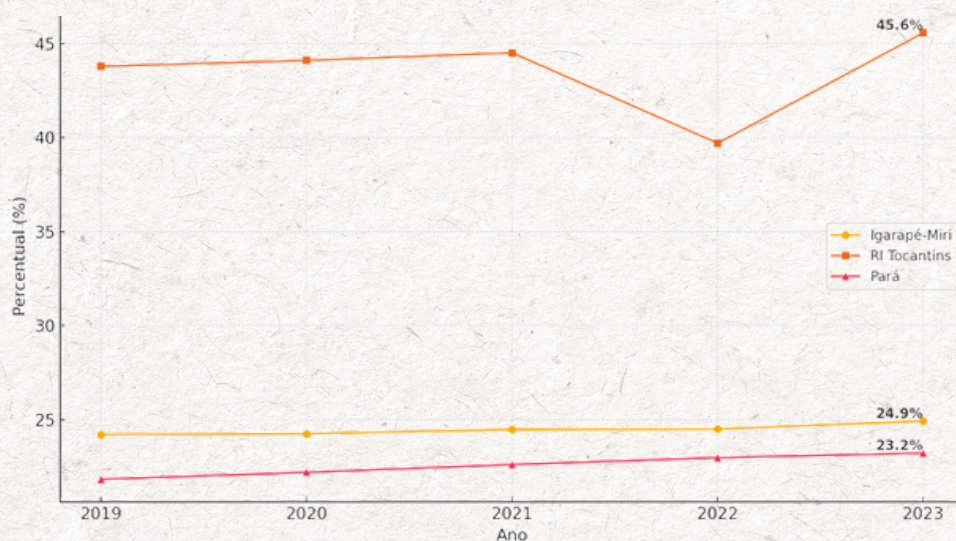
para 44,5% em 2021, caiu para 39,8% em 2022 e voltou a subir bruscamente para 45,6% em 2023. Essa oscilação pode indicar que a região enfrenta picos de desmatamento impulsionados por fatores econômicos conjunturais, como abertura de novas áreas produtivas, grilagem ou expansão urbana. A alta recente em 2023 sugere uma reversão preocupante após o recuo de 2022 (Gráfico 27).

O estado do Pará, por sua vez, manteve uma tendência de crescimento lento, porém constante, na área desmatada, passando de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023. Apesar de o percentual ser inferior aos recortes municipal e regional, o crescimento contínuo

contínuo do desmatamento em nível estadual é um sinal de alerta, principalmente considerando a relevância do Pará para a conservação da Amazônia. O dado reforça a urgência de fortalecer políticas públicas de fiscalização, ordenamento territorial e promoção de atividades produtivas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

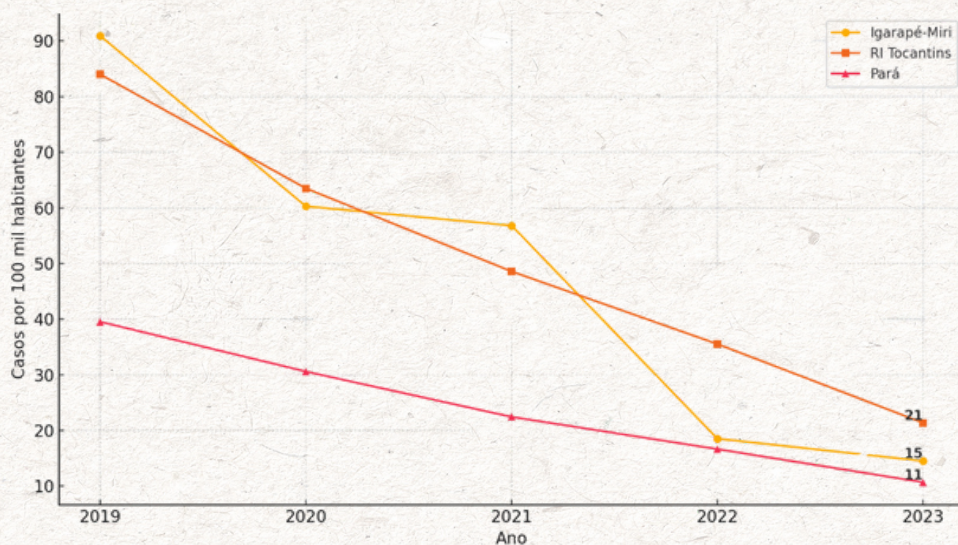
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Igarapé-Miri, o indicador de trabalho infantil apresentou queda acentuada ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, a taxa era extremamente alta, com 91 casos por 100 mil habitantes, mas reduziu-se progressivamente até alcançar 15 casos em 2023. Essa redução expressiva, especialmente entre 2021 e 2022, sugere o impacto de políticas públicas, ações de fiscalização ou maior integração das crianças em idade escolar. Apesar da melhora, o patamar ainda é superior à média estadual, apontando para a necessidade de manutenção e fortalecimento das estratégias locais de enfrentamento (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tocantins, a trajetória também foi de queda significativa, partindo de 84 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 21 em 2023. A redução ocorreu de maneira contínua, embora com ritmo ligeiramente mais lento em comparação a Igarapé-Miri. Esse comportamento demonstra esforços regionais coordenados no combate ao trabalho infantil, possivelmente com o apoio de redes de proteção social, campanhas educativas e atuação dos conselhos tutelares. A convergência para valores mais baixos em 2023 é um sinal de progresso (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Igarapé-Miri, a taxa de homicídios apresentou variações acentuadas durante o período analisado. Em 2019, o município registrava 21 homicídios por 100 mil habitantes, número que saltou para 55 em 2021 e atingiu um pico alarmante de 65 em 2022. Em 2023, houve recuo para 43, mas o patamar ainda é elevado e superior ao estadual. A oscilação abrupta pode refletir instabilidade na segurança pública local, fragilidade institucional ou disputas criminais, exigindo reforço em ações preventivas, policiamento comunitário e políticas de inclusão social (Gráfico 29).

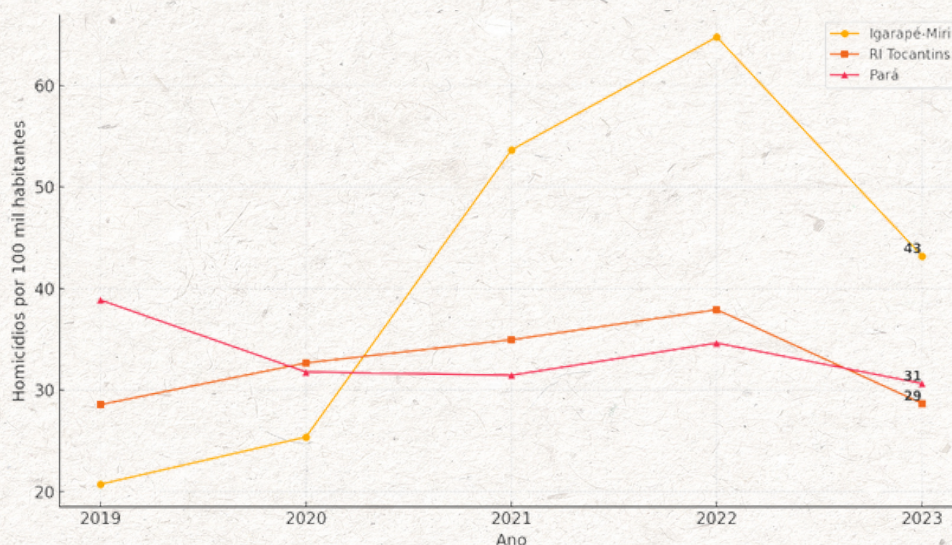
Na Região de Integração Tocantins, a variação foi mais contida, com crescimento moderado entre 2019 (29 por 100 mil hab.) e 2022 (38), seguido de queda para 29 em 2023. Embora os níveis sejam mais estáveis que em Igarapé-Miri, a região apresentou elevação entre 2020 e 2022, o que pode estar relacionado a dinâmicas urbanas e rurais de violência, como conflitos fundiários, violência doméstica ou criminalidade organizada. A redução recente pode indicar efeitos positivos de políticas públicas ou reforço da atuação do sistema de justiça criminal (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios teve um comportamento relativamente estável. Partindo de 39 em 2019, caiu para 32 em 2020 e manteve-se entre 31 e 35 até 2023, quando fechou em 31. A estabilidade, mesmo com pequenas flutuações, sugere a eficácia parcial de políticas estaduais de segurança, embora o nível ainda seja considerado alto segundo padrões nacionais e internacionais. O contraste entre a estabilidade estadual e a volatilidade municipal ressalta a necessidade de descentralizar a política de segurança, com foco em áreas críticas como

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)

Igarapé-Miri (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



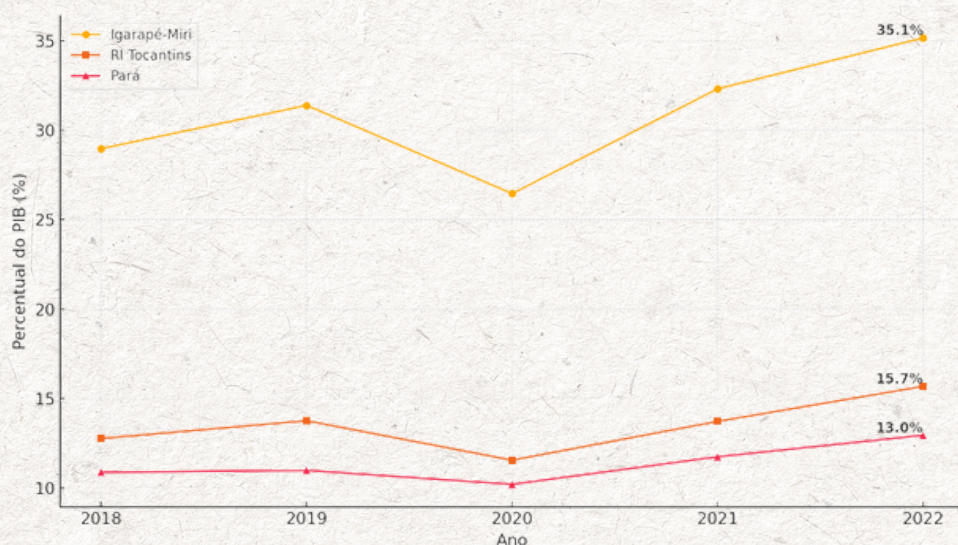
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o indicador de Gasto Público Municipal como percentual do PIB apresentou crescimento expressivo em Igarapé-Miri, partindo de 28,9% e atingindo 35,1% no final do período. Apesar da queda pontual em 2020 (26,5%), possivelmente ligada aos efeitos da pandemia sobre a arrecadação e execução orçamentária, os anos seguintes marcaram uma forte recuperação. O aumento contínuo até 2022 indica uma elevação do peso das finanças públicas locais na economia municipal, o que pode refletir tanto maior capacidade de execução orçamentária quanto baixa expansão do PIB local, elevando a proporção relativa do gasto (Gráfico 30).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi de crescimento mais gradual. O percentual saiu de 12,9% em 2018 para 15,7% em 2022, também com queda em 2020 (11,7%) e recuperação posterior. Isso demonstra uma tendência regional semelhante à de Igarapé-Miri, ainda que em patamar consideravelmente mais baixo. A elevação pode estar associada à ampliação de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação e assistência social, e à reativação econômica gradual no pós-pandemia, o que reforça o papel do poder público como indutor da atividade econômica regional (Gráfico 30).

No estado do Pará, o percentual de gasto público em relação ao PIB foi o menor entre os três recortes analisados, oscilando de 10,8% em 2018 para 13,0% em 2022. A estabilidade relativa do indicador reflete um cenário em que o crescimento do PIB estadual, impulsionado sobretudo pelo setor extrativo, supera a expansão do gasto público, reduzindo sua proporção no total da economia. Ainda assim, o leve crescimento ao final da série indica reforço das políticas públicas estaduais, sobretudo diante da ampliação das demandas sociais no contexto pós-pandêmico. O contraste entre os níveis revela o peso desproporcional das finanças públicas nas economias municipais menores, como Igarapé-Miri (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Igarapé-Miri permaneceu extremamente baixa e praticamente estagnada. O indicador iniciou em cerca de 0,8 ponto por 100 habitantes, chegou a 1,1 em 2020, mas caiu nos anos seguintes, atingindo apenas 0,5 em 2022, com leve recuperação para 1 em 2023. Essa trajetória revela uma profunda limitação de infraestrutura digital no município, o que compromete a inclusão digital da população, o acesso a serviços públicos online, a educação remota e a competitividade econômica local (Gráfico 31).

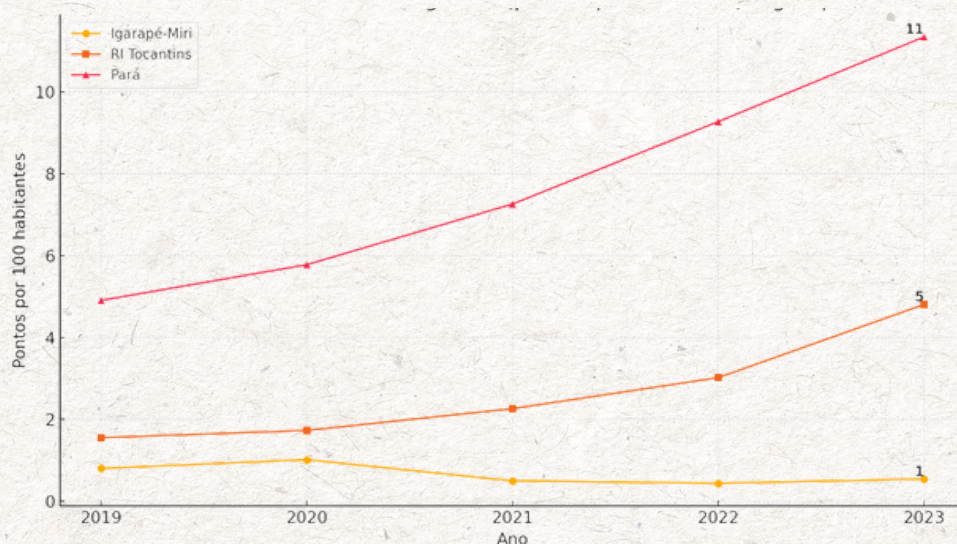
Na Região de Integração Tocantins, observa-se uma evolu-

ção mais consistente, partindo de 1,5 ponto em 2019 e chegando a 5 pontos por 100 habitantes em 2023. Apesar de ainda apresentar níveis modestos em comparação nacional, a curva de crescimento contínuo indica maior expansão da conectividade, possivelmente impulsionada por políticas regionais, investimentos privados ou aumento da demanda durante o período da pandemia, que acelerou a digitalização de serviços e da vida cotidiana. A ampliação da taxa nessa escala revela um movimento regional de avanço tecnológico progressivo (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o crescimento do acesso

à banda larga fixa foi notável, passando de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 em 2023. Esse aumento mais que dobrado reflete uma tendência estadual positiva de ampliação da conectividade domiciliar, favorecida por políticas públicas de telecomunicações, incentivos à expansão de redes e maior interiorização do serviço. No entanto, a discrepância entre o desempenho estadual e o de municípios como Igarapé-Miri evidencia desigualdades territoriais severas na infraestrutura digital, sugerindo a necessidade de ações focalizadas para reduzir o abismo de conectividade nas localidades mais carentes (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

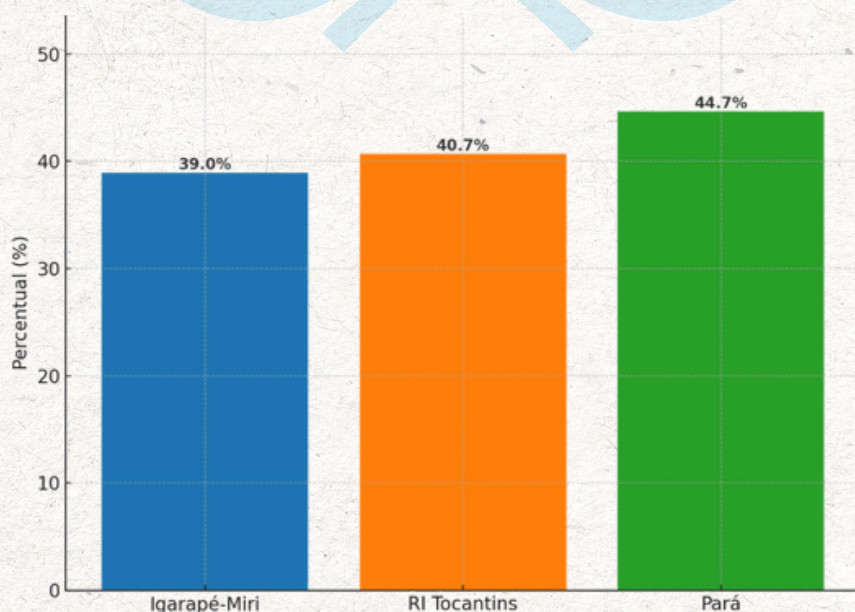
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Igarapé-Miri** registrou um IDS de **39,0%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Igarapé-Miri x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



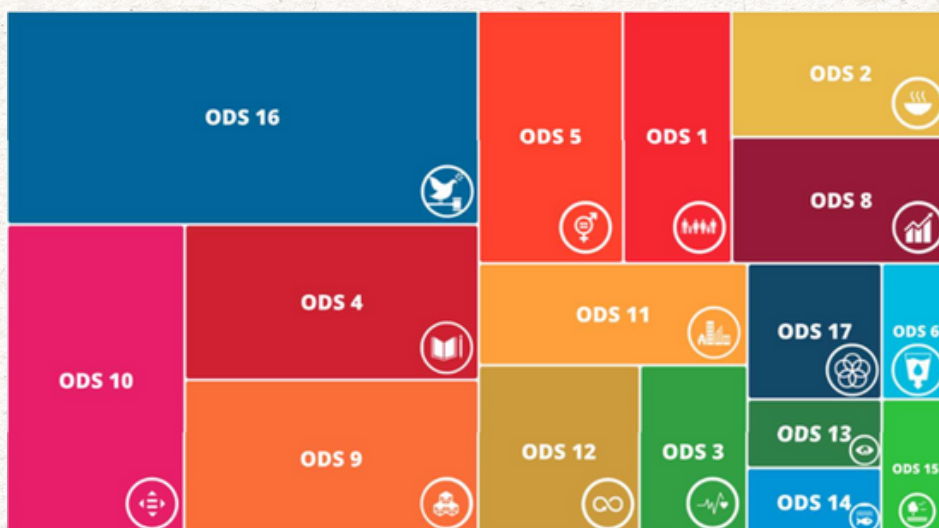
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Igarapé-Miri na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Igarapé-Miri e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

